

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.312.749 - SP
(2018/0148696-1)**

RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO
AGRAVANTE : ALEX MORETINI
ADVOGADOS : ANTONIETA MARIA DE CARVALHO ALMEIDA PRADO -
SP263803
JANAINA TATIANE CARUZO - SP301650
AGRAVADO : SISTEMA INTEGRADO DE EDUCACAO E CULTURA SINEC
LTDA
ADVOGADOS : EDSON MAROTTI - SP101884
CRISTIANE BELLOMO DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - SP140951
ROSENIR MOURA DA SILVA - SP173241

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO MONITÓRIA. SERVIÇOS EDUCACIONAIS. PRESCRIÇÃO. INTERRUPTÃO. CITAÇÃO VÁLIDA. INADIMPLÊNCIA. COMPROVAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. JUROS DE MORA. VENCIMENTO DA OBRIGAÇÃO. AGRAVO INTERNO PROVIDO PARA RECONSIDERAR A DECISÃO AGRAVADA E, EM NOVO EXAME, CONHECER DO AGRAVO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

1. A citação válida retroage à data da propositura da ação para efeitos de interrupção da prescrição, conforme o art. 219, § 1º, do CPC/1973.
2. O eg. Tribunal de origem, com fundamento nas provas documentais trazidas aos autos, concluiu que a ação monitória foi devidamente instruída com contrato firmado entre as partes e a comprovação do inadimplemento da obrigação pelo recorrente.
3. A modificação do entendimento lançado no v. acórdão recorrido demandaria o revolvimento do suporte fático-probatório dos autos, providência inviável em sede de recurso especial, a teor do que dispõe a Súmula 7 deste Pretório.
4. Na ação monitória em que se busca o adimplemento de contrato de serviços educacionais, os juros de mora incidem a partir do vencimento de cada obrigação. Precedentes.
5. Agravo interno provido para reconsiderar a decisão agravada e, em novo exame, conhecer do agravo para negar provimento ao recurso especial.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Quarta Turma, por unanimidade, dar provimento ao agravo interno

Superior Tribunal de Justiça

para reconsiderar a decisão agravada e, em novo exame, conhecer do agravo para negar provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Antonio Carlos Ferreira, Marco Buzzi (Presidente) e Luis Felipe Salomão votaram com o Sr. Ministro Relator. Ausente, justificadamente, a Sra. Ministra Maria Isabel Gallotti.

Brasília, 03 de março de 2020 (Data do Julgamento)

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator